



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 20, janeiro a junho de 2008

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NUMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Ana Lúcia Bertarello Zeni¹

Evenilda Hess Luciani²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo primordial conhecer a significação ambiental dos moradores da Comunidade Pedro Krauss e adjacências, Bairro Vorstadt, Blumenau-SC. Foram realizadas 80 (10%) entrevistas, num universo de 660 famílias moradoras, utilizando um questionário semi-estruturado, com 12 questões abertas e fechadas. Constatou-se que parte dos moradores percebe o meio ambiente como algo distante dele próprio, gosta de morar no local, mas reconhece os problemas existentes e se sente responsável pelos mesmos. Porém isto acontece numa perspectiva individualista, mostrando a necessidade de trabalhos que os organizem e mobilizem enquanto coletividade, na busca de soluções para os seus problemas.

¹ Bióloga, Mestre em Biotecnologia e Professora do Departamento de Ciências Naturais da FURB- 89010-970, Blumenau, SC, Brasil. anazeni@furb.br.

² Psicóloga. Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Palavras-chave: educação ambiental; psicologia social comunitária; significação ambiental.

ABSTRACT

This work had as primordial objective to know the environmental meaning in the lives of inhabitants of the Pedro Krauss Street and adjacencies, Vorstadt, Blumenau – SC. Were accomplished 80 interviews, in an universe of 600 families. It was verified that some inhabitants notice the environment as something distant of themselves. They like to live there but recognize the existent problems and fell responsible about them. Even so it happens in an individualistic perspective, showing us the necessity of projects that organize and mobilize them as collective, in the search of solution for their problems.

Keywords: environmental education; community social psychology; environmental meaning in the lives.

Introdução

A questão ambiental diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza e com o ambiente em que vive nos impondo a necessidade de uma maior reflexão sobre o seu lugar no campo do conhecimento de acordo com Gonçalves (1990).

O presente trabalho teve como objetivo primordial conhecer a significação que os moradores da Comunidade Pedro Krauss possuem do meio ambiente. Para que de posse desses dados, eles pudessem servir de subsídios para a condução de um trabalho de Educação Ambiental a ser desenvolvido na Comunidade Pedro Krauss e adjacências, no Bairro Vorstadt, Blumenau englobando as Ruas Pedro Krauss Sênior, Marcelino Schneider, Santa Helena e Boa Esperança.

A atividade em torno da questão ambiental surgiu nesta comunidade pela necessidade de saber se as águas não tratadas utilizadas para consumo humano estavam contaminadas, isto é, se poderiam ser usadas sem prejuízos à saúde e, o que se descobriu foi que água das nascentes ou poços não era potável, conforme Zeni (2001).

De acordo com Bock (1995) não há como pensar em saúde sem pensar as condições gerais de vida das pessoas, sendo as condições materiais, portanto, igualmente fundamentais, enquanto parte inseparável do contexto bio-psico-sócio-ambiental do ser humano.

A partir dos dados apurados em reuniões na comunidade, percebeu-se que não tínhamos conhecimento sobre o nível do significado do meio ambiente para esta população. Assim, partindo das necessidades destas pessoas e objetivando conhecer o significado que o meio ambiente tem para elas, elaboramos um questionário abrangendo uma parte geral a respeito do ambiente e uma questão mais específica sobre o tema da água, visto existir um problema em relação ao consumo alimentar de água não tratada.

Metodologia

A localização da comunidade estudada chamada Pedro Krauss e adjacências, situa-se no Bairro Vorstadt, Blumenau englobando as Ruas Pedro Krauss Sênior, Marcelino Schneider, Santa Helena e Boa Esperança. Caracteriza-se por possuir apenas 9% das ruas pavimentadas, 23% dos moradores utilizam-se de uma viela, 73% residem em morros, sendo que o acesso é realizado através de escadas, 51% moram em casas com 40 m² e 35% da população não tem uma renda fixa.

Para obter as informações da pesquisa foi utilizado um questionário semi-estruturado com 12 questões abertas e fechadas, aplicado sob a forma de entrevista individual, as quais eram realizadas na casa dos entrevistados, que num primeiro momento eram informados sobre o seu teor e convidados a participar. O tempo máximo de duração foi de 1 hora e o mínimo de 30 minutos.

Utilizou-se uma amostra estratificada de 80 pessoas, num universo de 660 famílias moradoras do local, abrangendo 10% dos moradores de cada uma das ruas. Visando a identificação da percepção ambiental dos moradores em questão, utilizou-se a técnica de “survey” que, de acordo com Candiani et al. (2004), é um procedimento com o qual a informação é coletada de forma sistemática e direta, através de entrevistas e questionários, utilizados para a identificação de fatores que predispõem as motivações de um grupo, impulsionando ou restringindo suas atitudes e práticas.

As questões abertas foram tabuladas da seguinte maneira: nas questões abertas (que geralmente apresentam respostas múltiplas) foram levantadas as palavras-chave e agrupadas de acordo com as respostas semelhantes e as questões fechadas foram agrupadas de acordo com a frequência das respostas.

Para a organização e interpretação dos dados de forma quantitativa obtidos na pesquisa utilizou-se o Programa *Sphinx*®, programa utilizado para tabular questionários, figuras e tabelas.

Resultados e Discussão

Como as entrevistas aconteceram no período diurno, a maior parte dos entrevistados foi do sexo feminino, devido ao horário de trabalho. Quanto à faixa etária dos participantes, a maioria era adulta (87%) e os restantes jovens e crianças e destas a maioria possuía o Ensino Fundamental Incompleto.

Na questão sobre o que os entrevistados entendem por meio ambiente, obteve-se respostas variadas, mas que giraram em torno da natureza e sua preservação (Figura 1). Sendo assim, 22,5% responderam como sendo natureza preservada, 60% responderam em forma de ações como, não jogar lixo em qualquer lugar, não desmatar, cuidar da natureza, não derrubar árvores, 12,5% destacaram elementos da natureza como as árvores, a água, o ar puro, o mato e as plantas, 2,5% higiene e 5% o ambiente em que vivemos resultados semelhantes foram obtidos por Musa (2006) em uma comunidade com características similares a este trabalho.

Apenas 5% responderam que é o “ambiente em que vivemos”, as demais respostas colocaram o ambiente como sendo algo distante, separado e independente das pessoas que nele vivem. Isto mostra que o grande desafio que está posto nos dias de hoje é “[...] superar a falsa dicotomia, verdadeira armadilha ideológica do pensamento ocidental, que separa a natureza da sociedade” (GONÇALVES, 2001, p.135). Segundo este mesmo autor, esta dicotomia é fruto da racionalidade ocidental que tende a tudo fragmentar e do capitalismo que fez da natureza um bem de consumo e que, portanto, precisa ser preservada apenas na medida em que se precisa dos seus bens e recursos. Até mesmo muitos ambientalistas não conseguem ultrapassar esta barreira da fragmentação, indo contra a própria causa ambiental, reafirmando-a.

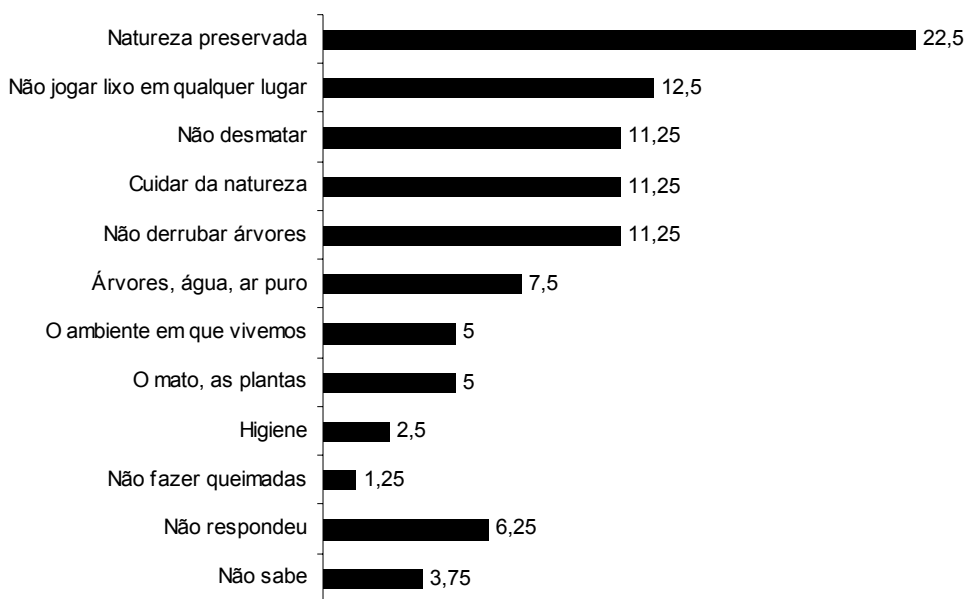


Figura 1 – O que os entrevistados entendem por meio ambiente (%).

Ao serem questionados a respeito da existência ou não de problemas ambientais na comunidade, a grande maioria, 91% dos entrevistados responderam sim.

É imprescindível que se leve em conta o saber dos moradores de uma comunidade em qualquer forma de trabalho comunitário, principalmente se quisermos superar a fragmentação de que falávamos no parágrafo anterior, pois é na cultura em que o indivíduo está inserido que se encontrará todo o conjunto de significados que organiza a realidade em categorias, segundo Vygotsky, citado por Oliveira (1992).

Com relação aos problemas ambientais apontados na Figura 2, 62,5% alegaram ser o acúmulo de lixo não recolhido, 13,75% dizem ser as queimadas, 11,25% o esgoto a céu aberto, 1,25% invasão de terras e 1,25% aprisionamento de animais. A questão da água não foi percebida como problema pela comunidade.

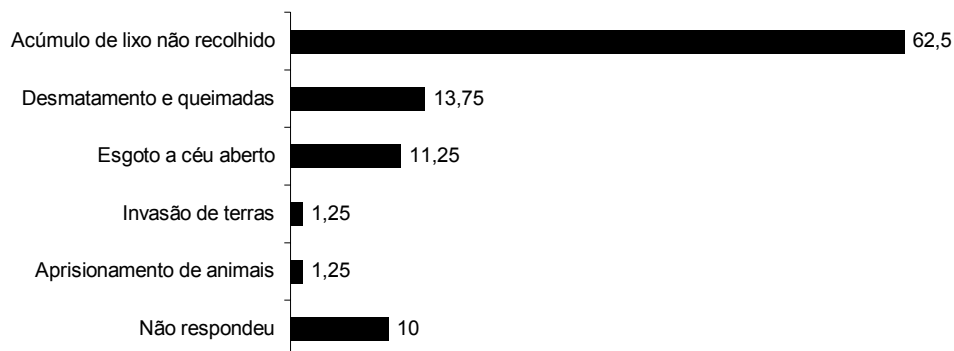


Figura 2 – Problemas ambientais apontados pelos entrevistados (%).

Quando questionados sobre quem são os responsáveis pelos problemas ambientais da comunidade (Figuras 3) consideraram que, 81,25%, todos os moradores, 10%, instituições públicas e a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FAEMA) e 2,5%, o presidente da Associação de Moradores.

É interessante notar que os moradores se vêem como responsáveis, porém as soluções são vistas e buscadas por eles numa perspectiva individualista e não por meio de ações coletivas que articulem as várias dimensões da organização comunitária. Este fato aponta para a necessidade de buscar um trabalho que objetive fazer estas articulações com a Associação de Moradores, escola e demais grupos da comunidade, num projeto comunitário que transcendesse as particularidades e envolvesse os vários atores sociais.



Figura 3 – Responsáveis pelos problemas ambientais da comunidade (%).

Desse modo, precisamos dar um passo adiante no debate que já vimos travando sobre a interdisciplinaridade e incorporamos outros saberes produzidos a partir de outras matrizes de racionalidade, que não são disciplinares. São outros saberes, que foram desenvolvidos por populações que, até aqui, desqualificamos como portadoras de conhecimentos até porque achávamos que deveríamos civilizá-los, catequizá-los, pois as considerávamos como por seus inferiores e a Quem, Na Melhor Das Hipóteses, Deveríamos Levar Nosso Conhecimento Superior (GONÇALVES, 2001, p. 149).

Com relação a quem deve cuidar do meio ambiente, 82,5% responderam ser todas as pessoas que moram na comunidade; 15% as instituições públicas do governo, do município e a FAEMA e 2,5% não sabem. A maior parte dos moradores afirmou serem eles próprios quem deveria cuidar do ambiente, ainda assim foi citada alguma instituição pública, reafirmando a necessidade de superar a dicotomia existente e a falta de um pensar coletivo.

Vivemos na modernidade a tensão entre maximização da exponencialidade da individualidade e da liberdade e a maximização dos bloqueios à sua concretização. A individualidade se transforma em individualismo e a liberdade em “pluralidade de solidões” (Sartre), cuja marca é a indiferença. Reconhece-se o direito às necessidades iguais, mas não se garante a satisfação das necessidades a todos (SAWAIA, 1998, p. 150).

A comunidade entra aqui como um lugar que deve ser de luta contra essas ditaduras impostas sobre as necessidades, emoções e ações. “Nesses espaços de práxis comunicativa cotidiana (família, grupo de amigos, partidos, elites cultural e espiritual, associações de bairros, instituições, etc.) aprende-se a viver com o outro e a decidir em conjunto, discutindo racionalmente possibilidades concretas de vida melhor” (SAWAIA, 1998, p. 155).

Quanto – a saber se os entrevistados já leram artigos ou assistiram a programas sobre o meio ambiente, 70% disseram que sim e 21% não. As fontes de informação citadas foram, televisão 45%, escola 10,5%, campanhas de preservação do Rio Itajaí-Açú 9,5%, jornal 6,5%, revistas 6,2%; palestras na comunidade 5,8%, falaram em curso que fez no trabalho 4,75%, cartaz 3%, livros 2,5%, e 1,25% para cada uma das seguintes respostas respectivamente, teve contato com um projeto da Prefeitura de Blumenau, ouviu falar ao fazer a carteira de motorista, projeto

da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), panfletos e em reunião da Associação de Moradores.

Hoje em dia, de acordo com o que observam alguns autores, trabalharem as questões ligadas ao meio ambiente se tornou difícil porque tudo passa pelos meios de comunicação. Os patrocinadores destes canais são os que destroem ou tornam infecunda a questão ambiental, porque a transformaram em mercadoria.

A natureza se transforma numa natureza instrumentalizada para ser tele-visada e não sentida como experiência corporal autêntica sem-sentido, sem propósito (Kant). E, acrescentamos, tele+visão significa exatamente visão à distância e, assim, se, por um lado, se ganha superando a distância, sem dúvida, de outro, perde-se no contato corpo a corpo no quais outras comunicações são possíveis [...] (GONÇALVES, 2001, p.141).

Quando questionados sobre o que cada um pode fazer para proteger o meio ambiente (Figura 4), a maioria (55%) respondeu que, é não jogar lixo em qualquer lugar, e as outras respostas reportaram ações em relação a outros problemas ambientais.



Figura 4 – O que cada um pode fazer para proteger o meio ambiente (%).

Segundo Luciani (2002), citando Sawaia, é preciso colocar o indivíduo como o centro da reflexão acerca da cidadania e a humanidade como seu eixo norteador, para que se possa dar uma resposta a esta questão que é histórica.

Quanto ao tempo de residência, 57% moram ali há mais de 10 anos; 10% de 6 a 10 anos; 11% de 3 a 5 anos; 21% até 2 anos e 1% não respondeu a questão. Quanto questionados se gostam ou não de morar na comunidade, 84% responderam que gostam de morar ali; 14% não gostam e 2% não responderam. A maioria gosta de morar no local e este dado é relevante à medida que provavelmente estariam mais dispostos a investir em mudanças a fim de resolver os problemas por eles apontados.

As justificativas dos entrevistados que gostam de morar na comunidade (Figura 5), foram, principalmente por ser um lugar calmo e sossegado e a proximidade do centro, mercado, posto de saúde e ônibus.

A comunidade entra aqui como um lugar que deve ser de luta contra essas ditaduras impostas sobre as necessidades, emoções e ações. “Nesses espaços de práxis comunicativa cotidiana (família, grupo de amigos, partidos, elites cultural e espiritual, associações de bairros e instituições.) aprende-se a viver com o outro e a decidir em conjunto, discutindo racionalmente possibilidades concretas de vida melhor” (SAWAIA, 1998, p. 155).

Com relação aos que não gostam de morar na comunidade, suas justificativas foram, 27,27% têm muitos vizinhos fofoqueiros e por gostar de lugares mais movimentados, 27,27% há muita violência, 18,18% mau cheiro, poluição e mosquitos; 9,09% quando chove não é possível sair de casa, 9,09% o acesso é difícil e 9,09% o abandono pela prefeitura e pela comunidade.

Os clamores do sofrimento mostram a dominação escondida por detrás das relações tidas como naturais da humanidade. Conhecer esse sofrimento implica em ter como analisar a existência do mal que vive na sociedade. “Estudar a exclusão pelas emoções dos que a vivem é refletir sobre o cuidado que o Estado tem com seus cidadãos. Elas são indicadoras do (dês) descompromisso com o sofrimento do homem, tanto por parte do aparelho estatal quanto da sociedade civil e do próprio indivíduo” (SAWAIA, 2001a, p. 99).

Em relação aos problemas que faziam com que os entrevistados e seus familiares procurassem o posto de saúde, apuraram-se, respiratório (27,72%), pressão e coração (17,16%), ferimentos e problemas na coluna (9,9%), exames e pré-natal (9,24%), dor de cabeça, de ouvido e

febre (7,26%), vermes, gastrite, problemas no estômago, diarréias e vômito (6,6%), infecções em geral, micoses (5,28%), AIDS e hepatite (5,28%); 4,62% derrame, colesterol, rins e anemias (4,62%), 3,96% diabetes, 0,66% pancreatite crônica e 0,66% métodos contraceptivos.

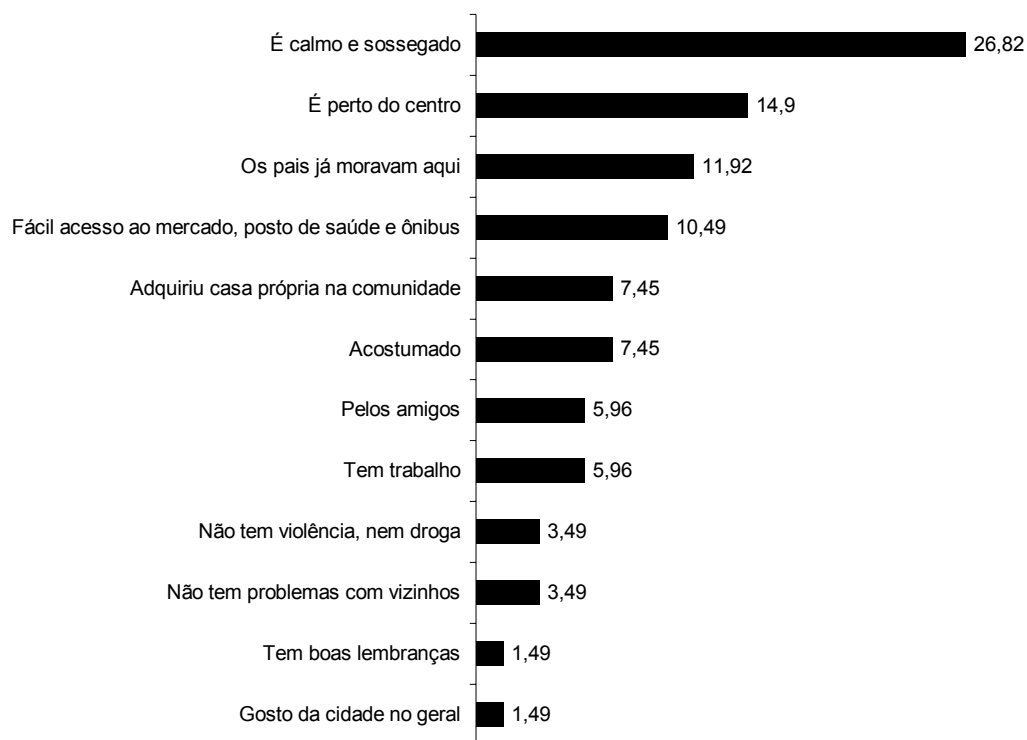


Figura 5 - Justificativas de porque gosta de morar na comunidade (%).

Quando questionados sobre o consumo da água das nascentes, 61% dos entrevistados disseram que a água das nascentes não pode ser consumida sem tratamento, enquanto 34% disseram que sim e, 5% deles não responderam. Sendo importante frisar que nenhum deles fez qualquer relação entre as doenças que os acometem e a água que é consumida neste momento da entrevista.

A justificativa dada pelos entrevistados de porque a água das nascentes pode ser consumida sem tratamento, 54,15% “não faz mal, pois sempre usaram”, 12,49% “melhor do que a tratada”, 12,49% “limpam a caixa d’água por isso não tem problema”, 12,49% “ninguém polui” e 8,33 “é só limpar ao redor”.

É preciso trazer, ou juntar aos cálculos econômicos as despesas sociais e humanas causadas pelas decisões econômicas. É preciso saber quais os conteúdos psicossociais que mantém o discurso da exclusão, tanto de cada um em particular quanto no coletivo além do sofrimento causado por essa exclusão. Normalmente, o que se usa na prática psicossocial são os conceitos de conscientização e de educação do povo. Sawaia (2001b) propõe a troca destes conceitos pelo de potência de ação, pois potencializar significa atuar simultaneamente na ação, no significado e na emoção, coletiva e individual.

A justificativa dada pelos entrevistados de que a água não deve ser consumida sem tratamento, foi, 65,28% a água é poluída e contaminada e 34,56% é melhor tratar antes de consumir.

Quando a servidão já se instalou como condição entre as pessoas é preciso se unir para buscar juntos os bem comuns: “[...] os homens realizam-se com os outros e não sozinhos, portanto, os benefícios de uma coletividade organizada são relevantes a todos, e a vontade comum a todos é mais poderosa do que o conatus individual e o coletivo são produtos do consentimento e não do pacto ou do contrato” (SAWAIA, 2001b, p. 116).

Quanto ao conhecimento de doença causada pelo uso da água não tratada, 56% responderam sabiam e 44% não. As doenças e sintomas apontadas, 5,36% causar febre, vômito, dor de estômago e intoxicação, 13,44% diarreia, 8,64% leptospirose, 6,72% vermes, 6,72% hepatite, 5,76% dengue, 4,8% desidratação, 4,8% cólera, 1,92% bactérias, 1,92% malária, 0,96% micose, 0,96% febre amarela, 0,96% tifo e 0,96% protozoários. Apesar de muitos saberem que não deveriam usar a água não tratada mesmo assim, usavam, pois o simples fornecimento de informação acerca do meio ambiente e da saúde não é suficiente (GRYNSZPAN, 1999).

Ao serem questionados se já houve alguma ação de preservação ambiental na comunidade, 57% responderam sim, 39% não e 4% não responderam. A Figura 6 aponta as ações de preservação ambiental de que os entrevistados têm conhecimento, assim, a maioria, 49,91% lembrou de uma limpeza do ribeirão feita pelo exército e comunidade, 19,53% disseram da conscientização para não deixar lixo jogado, 8,68% citaram a análise da água, palestras e cartilhas informativas, 6,51% para cada, a Associação de Moradores fala sobre isso, agentes de saúde aconselham, não lembra e 2,17% fiscalização da polícia ambiental.

Discutir temáticas como as da participação é fazer com que tomemos uma posição frente a conceitos como o de cidadania, ética, justiça, educação do povo, movimentos sociais,

desigualdades e exclusão, se assim não o for, conforme Luciani (2002), citando Sawaia (2001), estaremos nos desviando para assuntos que não são pertinentes. “Dadas às limitações da natureza humana, a participação só pode ocorrer através de grupos e comunidades e não de grandes organizações, geridas por uma tecnocracia atenta à eficiência e ao rendimento, mas indiferente às necessidades e aspirações da massa” (ONU citado por SAWAIA, 2001c, p. 121).

Segundo Luciani (2002), citando Alexandre (2000), o movimento ambientalista no Brasil perdeu sua radicalidade quando da sua institucionalização, pois de início era um movimento que questionava nossos valores, nossa moral e costumes, como estando estes intimamente ligados à degradação ambiental e à desigualdade social. Mas se tornou um movimento em prol do desenvolvimento sustentável, que serviu para justificar e encobrir os desmandos do capitalismo. Jamais uma sociedade baseada no consumismo será sustentável pois os recursos que utiliza são esgotáveis e, jamais será igualmente sustentável para todos, pois nem todos têm acesso aos seus bens de produção em igualdade de condições.

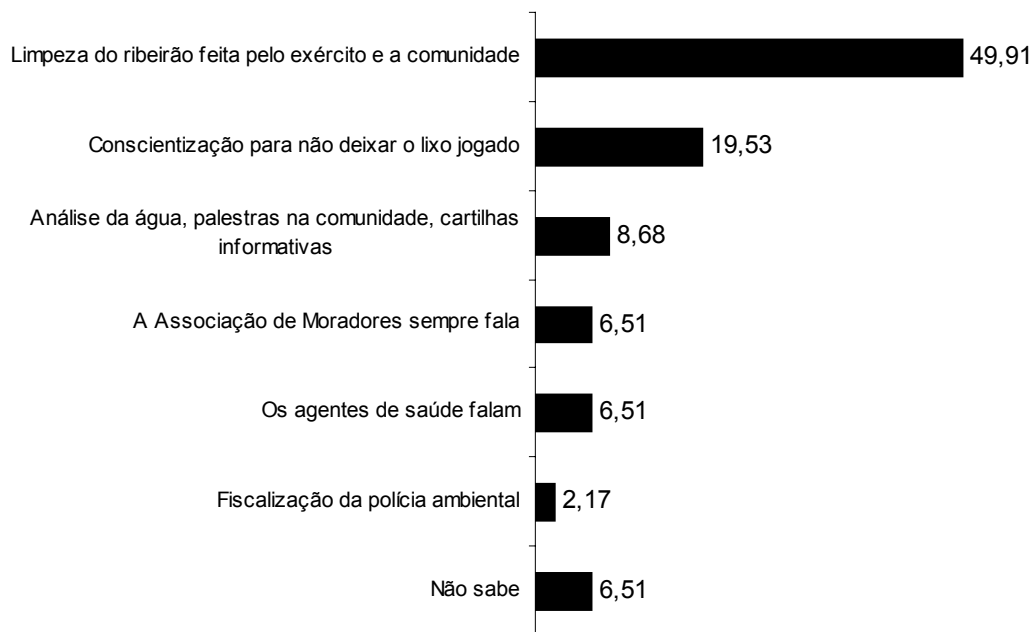


Figura 6 – Ações de preservação ambiental de quem tem conhecimento (%).

Para desenvolver um trabalho de educação ambiental, é preciso levar em conta as diferentes dimensões dos sujeitos que estão envolvidos no processo. É do sujeito que é o ator de toda a trama, que deve partir o desejo de participar, que deve ser uma necessidade de adesão, mobilização e ação na busca da concretização.

“A ética participativa traz a idéia de potência de ação, que é a passagem da passividade para a atividade, de se permitir ser afetado pelo outro e tomar para si esses afetos e lutar pela libertação. A condição de ser do homem é participativa no sentido de que é com os outros que se realiza enquanto ser, portanto unindo forças se potencializa a ação” (LUCIANI, 2002, p. 59 citando Sawaia, 2001c).

Considerações finais

Ao realizar-se este trabalho de pesquisa de significação ambiental, tínhamos como foco central a problemática da água, pois em uma pesquisa anterior constatou-se contaminação. Porém a queixa mais evidente foi sobre o lixo, mostrando que o conhecimento é processual e não se esgota numa única pesquisa. O lixo é um problema mais visível, pelos sentidos, como visão e olfato, portanto, prioritário, também, o lixo prejudica o cotidiano deles, pois quando tem enxurradas, bastante comuns na região, este lixo acumulado provoca represamentos e deslizamentos, sendo o local considerado de risco pela Defesa Civil.

As reflexões aqui desenvolvidas nos apontam à percepção ambiental como um fenômeno profundamente marcado pela necessidade estética do humano. É o momento primeiro do perceber em que as sensações estão livres de conceitos, nos dão subsídios para o entendimento da experiência estética à luz da fenomenologia. Ao colocar a experiência estética fundada na necessidade do ser humano de sentir-se no mundo, dá-lhe o significado de libertação do pensamento para além do intelecto para encontrar o mundo em contemplação (MARIN e OLIVEIRA, 2005).

É importante destacar, o alto índice de pessoas que colocaram o meio ambiente como algo distante de si mesmos e a televisão aparece como o meio de informação mais utilizado, o que nos leva a pensar na fala de Gonçalves (2001), quando afirma que a natureza tomou a dimensão do

sem-sentido, de algo distante. Grande parte dos moradores não relaciona qualidade de vida com qualidade de meio ambiente.

Apesar de todos os problemas, a maioria gosta do local e se vê como responsável por ele o que é bastante positivo porque mostra que estão dispostos a mudar, porém em nível individual, havendo a necessidade da continuação no sentido de organização e instrumentalização na busca de soluções coletivas. Sawaia (2001c) nos leva a pensar a ética participativa através da idéia de potência de ação de Espinosa, nos permitindo passar da passividade à atividade, se permitir ser afetado pelo outro, convertendo-se em motivo dos próprios afetos e dono da própria percepção, revertendo-se em luta pela libertação. A potência de ação remete ao outro, já que os homens se realizam uns com os outros e, além disso, unindo forças se maximiza sua potência e se aumenta o campo de ação.

Este trabalho possibilitou o conhecimento do significado que os moradores possuem do meio em que vivem, sendo que este saber, por sua vez, dará subsídios locais para o trabalho de Educação Ambiental, possibilitando a participação da comunidade, visto que, agora se pode proceder com atividades voltadas para as peculiaridades e uma identificação única, que não seriam possíveis, sem as informações apuradas nesta pesquisa.

Agradecimentos

Aos moradores da comunidade Pedro Krauss pela acolhida e a FURB pelo financiamento através da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, A. F. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Blumenau: Edifurb, 2000.

BOCK, A. M. B. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 8. ed., São Paulo: Saraiva, 1995.

CANDIANI, G.; VITA, S.; SOUZA, W.; FILHO, W. Educação ambiental: percepção e práticas sobre o meio ambiente de estudantes do ensino fundamental e médio. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 12, Jan-Jun, p. 74-89, 2004.

GONÇALVES, C. W. P. *Um pouco de filosofia no meio ambiente*. [s.l]: Texto Mimeografado, 1990.

GRYNSZPAN, D. Educação em saúde e educação ambiental: Uma experiência integradora. *Cadernos de Saúde Pública*, v.15, p. 133-138, 1999.

LUCIANI, E. H. *Contribuições da Psicologia Social Comunitária à Educação Ambiental*. Monografia de Conclusão de Curso Graduação em Psicologia, Universidade Regional de Blumenau – FURB. Blumenau, SC, 2002.

MARIN, A. A.; OLIVEIRA, L. C. B. A experiência estética em Dufrenne e Quintás e a percepção de natureza: para uma educação ambiental com bases fenomenológicas. *Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental*, v. 15, Jul-Dez, p. 196-210, 2005.

MUSA, C. I.; OLIVEIRA, L. B.; VIEIRA, R. Educação ambiental e religião: percepções e perspectivas a partir das denominações religiosas cristãs da sub-bacia do Ribeirão Araranguá em Blumenau/SC. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 16, Jan-Jun, p. 71-84, 2006.

OLIVEIRA, M. K. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.

SAWAIA, B. B. *A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito*. In: Psicologia e Sociedade. Congresso Brasileiro de Psicologia Social – ABRAPSO (Org), v. 10, 1998, *Anais*, São Paulo, Jul/Dez.

SAWAIA, B. B. (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. In: SAWAIA, B. B. *Introdução: exclusão ou inclusão perversa?* Petrópolis: Vozes, 2001a.

SAWAIA, B. B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. In: SAWAIA, B. B. (Org). *O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001b, p. 97-118.

SAWAIA, B. B. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. [Org.], *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Editora Educ/Fapesp, 2001c, p. 115-134.

GONÇALVES, C. W. P. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, M. (Org), *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Editora Educ/Fapesp, 2001, p. 135-161.

ZENI, A. L. B. *Estudo da qualidade da água consumida por moradores das ruas Boa Esperança, Pedro Krauss Sênior e Marcelino Schneider*. Projeto de Pesquisa, Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias, Departamento de Ciências Naturais, Instituto de Pesquisas Sociais, Universidade Regional de Blumenau – FURB. Blumenau – SC, 2001.